

## **O MITO DA MONOGAMIA – FIDELIDADE E INFIDELIDADE NOS ANIMAIS E SERES HUMANOS**

**Paula Mota Santos**

Barash, David P e Lipton, Judith E (2002), Cascais, Sinais de Fogo  
ISBN: 972-8541-36-8

O livro em questão é escrito por um zoólogo/psicólogo (Barash é doutorado em Zoologia e, desde 1973, professor de Psicologia na Universidade de Washington, em Seattle) e uma psiquiatra (Lipton) especializada em questões femininas. Logo nas páginas iniciais de agradecimentos fica claro que os autores não só trabalham juntos há 25 anos, como são um casal com filhos. A referência desta informação logo na abertura tanto do livro como desta recensão, não é *fait divers* nem gosto por imprensa *cor-de-rosa*. É informação que ajuda a contextualizar a ciência produzida e apresentada no livro. E a ciência, convém lembrar, nunca é produzida num vácuo social e cultural. É sempre espacial e temporalmente localizada. Como nota final desta contextualização, o sublinhar que a ciência aqui em análise sai da sociedade e academia norte-americanas.

Entende-se assim a existência logo no capítulo 1 (*Monogamia para principiantes*) das referências ao contexto moral e religioso da sociedade americana. Depois de nos primeiros parágrafos terem claramente dito que 'há provas muito fortes de que os seres humanos não são "naturalmente" monogâmicos' (p13), os autores escrevem: 'Para muitas pessoas monogamia e moralidade são sinónimos. O casamento é a sanção definitiva e os desvios da monogamia marital são o pecado interpessoal por definição' (p14). É também o leitor/a desde logo esclarecido que a abordagem do tema é ela biológica 'porque os seres humanos são criaturas biológicas da cabeça aos pés' (p16).

A tese principal do livro é que a monogamia não é natural. Afirmando que a tendência à poliginia (pluralidade de parceiros sexuais por parte dos machos

e evitamento de relações sexuais exclusivas com uma única fêmea) era uma realidade bem assente na ciência biológica, o que os autores trazem à ribalta é a constatação recente por parte de biólogos e zoólogos que essa mesma tendência de evitamento de relações sexuais exclusivas com um único parceiro se encontra também nas fêmeas (poliandria). A possibilidade por parte dos ornitólogos de levar a cabo análises de DNA trouxe a descoberta de não ser invulgar que 10 a 40 por cento das crias das aves ‘monogâmicas’ tenham como progenitores um macho exterior ao casal (p33). Os autores falam então de dois tipos de monogamia: a social (dois indivíduos vivem juntos, fazem um ninho juntos, recolhem alimentos juntos e copulam – mas não de modo exclusivo – juntos e partilham a responsabilidade de criar a prole) e a sexual (igual ao modelo anterior, mas com copulação exclusiva de qualquer outro parceiro) (p25/6).

Ao longo dos seus capítulos 2 (*Minar o Mito: os machos*), 3 (*Minar o Mito: as fêmeas – a escolha dos genes masculinos*), 4 (*Minar o Mito: as fêmeas – outras considerações*) e 5 (*Porque ocorre a monogamia?*) o livro fornece uma ampla gama de comportamentos entre uma variedade de animais (principalmente aves, raramente mamíferos e poucas vezes primatas) que servem de fundamentação às argumentações dos autores. Além da tese central do livro já acima referida, as linhas principais da argumentação são as seguintes: partindo do conhecimento que a tendência poligínica dos machos está relacionada com uma estratégia de maximização do seu capital genético (quanto maior o número de filhos, maior a passagem dos genes do progenitor) (p48-50), e não podendo esta mesma estratégia ser aplicada às fêmeas (os óvulos ou ovos só podem ser fecundados uma vez), os autores apresentam uma série de vantagens evolutivas que, a seu ver, explicam a escolha desta estratégia de parceiros múltiplos também por parte das fêmeas. A saber: promove a competição de espermatozoides numa busca pelo melhor património genético possível para a sua prole (procura do melhor macho e rejeição do esperma já recebido pelo de outro pertencente a macho mais atraente) (p112-123); garante apoio do(s) macho(s) nas tarefas de criação da prole – tal apoio é garantido pelo modo dissimulado da obtenção dos parceiros extra-casal, isto é, a obtenção de cópulas extra casal sem conhecimento por

parte do macho com quem tem a monogamia social (caso o macho fosse conhecedor das CECs – Cópula Extra-Casal – da fêmea deixaria de ter a certeza que a prole que está a ajudar a criar é realmente do seu património genético, e assim deixaria de participar nas tarefas em questão, isto é, diminuiria ou retiraria totalmente o seu investimento parental); no entanto, e em caso de suspeição de CECs e conseqüente abandono por parte do macho com quem tinha uma relação de monogamia social (p198), a fêmea teria a possibilidade de recrutar alguma ajuda por parte dos machos com quem teve CECs que assim se tornaram progenitores de parte da sua prole. É aqui, nas grandes vantagens materiais (p 168/9) que apontam existirem para a fêmea em ter ajuda na criação da prole, que Barash e Lipton encontram as vantagens (p198) para um sistema monogâmico (social e sexual) que é notoriamente difícil (porque, como dizem, não é natural) (p207).

Frequentemente, Barash e Lipton ao apresentarem os exemplos retirados da vida animal que não a humana, relacionam-os com situações do domínio da vida humana. E esta translação do universo animal para o universo humano (universos que são qualitativamente diferentes pela simples existência no último daquilo a que chamamos ‘cultura’) é só um dos vários problemas com a ‘ciência’ apresentada neste livro. E passo a enumerar.

**1)** apresenta conceitos não os definindo. Por exemplo, várias vezes refere ‘macho atraente’, mas não nos define o que constrói essa qualidade de atraente; refere-nos que o macho atraente é aquele que é visitado por muitas fêmeas, mas na realidade dá-nos só a constatação de um facto (‘é visitado por muitas fêmeas’) e não a explicitação das qualidades específicas (à parte certas características físicas como cor, forma e tamanho, mas estas parecem esvaziadas de função evolucionária, logo não deveriam ser simplesmente aceites por autores que colocam a lógica evolucionária no centro da sua argumentação; ver infra), que assim o tornam apelativo às fêmeas, e logo muito visitado (cap2).

**2)** apresenta uma hipótese e o seu contrário, o que implica que ambas são possíveis. Por exemplo: afirma que os sinais de cópula recente por

parte da fêmea do casal levam o macho a procurar a cópula com esta, quando anteriormente referiram que ao adultério (conhecimento por parte do macho que a fêmea copulou com outro macho), responde o macho com o abandono ou com a violência (cap 2).

**3)** apresentam uma afirmação no seguimento de uma argumentação mas minam a sua força argumentativa pela admissão da sua qualidade de pura especulação. Por exemplo: falando dos riscos potenciais (ferimentos ou mesmo morte) que a fêmea chimpanzé corre se a sua ida a outro grupo para CECs for descoberta pelo macho, rematam a argumentação dizendo não é claro de que modo os machos descobrem esse comportamento da fêmea, e que na realidade nunca tal comportamento de descoberta por parte de um macho foi alguma vez documentado (cap 4).

Além destas questões da qualidade da ciência apresentada há que referir que todo o livro é ele marcado por uma antropomorfização da biologia. Até que ponto é legítimo falar-se em *casal* ou *fidelidade* ou *ciúme* ou *adultério* ou *paixão antiga* em seres vivos (ex: escorpião, melro, ratazanas, andorinhas, etc, etc) cujos sistemas de pensamento não são da escala de complexidade do do *Homo Sapiens sapiens* (nem mesmo o do chimpanzé – *Pan troglodytes* e *Pan bonobo* –, que é o ser vivo que nos é geneticamente mais próximo, chega a essa complexidade), é uma questão que não pode deixar de se levantar. Mais, o livro tem uma abordagem puramente reprodutiva da actividade sexual. E mesmo que tal fosse a situação no restante mundo animal (que não a é, como bem se sabe através do conhecimento da sexualidade dos chimpanzés bonobos e até dos golfinhos), não a podemos tomar para a nossa espécie. A actividade sexual no seres humanos não está unicamente ligada à reprodução da espécie: tem também uma componente recreativa e de consolidação de laços sociais (como aliás tem também nos já referidos bonobos). Mais: quando Barash e Lipton se questionam sobre o porquê da tendência das fêmeas para as CECs quando estas últimas parecem não ter lógica evolutiva, e aventam a hipótese de ser 'porque gostam', fazem-no para imediatamente a negar: 'Em termos evolucionários (...) estas explicações são inadequadas, da mesma forma que é insuficiente explicar o sono, por exemplo, dizendo que é uma reac-

ção ao cansaço' (p 114). Mesmo pondo de lado a existência nos mamíferos quer da libertação durante o acto sexual de substâncias químicas indutoras de bem-estar (nomeadamente endorfinas e ocitocinas), quer a própria existência do orgasmo (nos primatas superiores, sem dúvida), realidades que poderiam ser suficientes para explicar a apetência por cópulas frequentes e com parceiros variados, o que não se pode pôr de lado na consideração dos comportamentos sexuais humanos é a nossa capacidade biológica para a cultura.

O livro em questão, ao ter uma visão puramente reprodutiva, logo funcionalista, da actividade sexual assemelha-se de certo modo às teorias da cultura dos inícios do sec XX (nomeadamente o funcionalismo de Malinowski) em que a cultura era vista como uma resposta (adaptativa) às necessidades primárias (biológicas) e secundárias do homem enquanto animal. Mesmo se quiséssemos considerar pontos de vista estritamente biológicos, convém então sublinhar que as estruturas primitivas do nosso cérebro (as que se encontram no hipotálamo e sua vizinhança e que são aquelas que partilhámos mesmo com o mais primitivo dos mamíferos) são aquelas que estão activas no acasalamento, procriação e lactação. No entanto, nós, humanos, dispomos de um neo-córtex (que é uma estrutura evolucionariamente mais recente) que é a base da nossa capacidade intelectual e racional, sendo que a actividade deste cérebro racional tende a inibir e a sobrepor-se à actividade do cérebro primitivo. Ao considerar o ser humano numa abordagem biológica temos sempre que considerar a nossa capacidade para a cultura, pois ela tem não só uma base biológica (o cérebro) como foi a característica que evolucionariamente seleccionámos no garante da nossa sobrevivência enquanto espécie. A cultura não é pois supra-orgânica. Ela faz parte da nossa biologia e não pode ser considerada como uma adição à mesma. Aliás, basta ver que as discussões à volta do hominídeo mais intrigante, o chamado Homem de Neandertal, se fazem à volta, não tanto das suas características físicas (embora se objectifiquem nelas), mas sim à volta das suas características comportamentais (por exemplo: o cuidado com os mortos, a possibilidade de estatuto social obtido via condição de nascimento, a possibilidade de fala articulada e pensamento abstracto complexo, só para citar alguns desses pontos), e da sua possível qualidade de humano no sentido de *Homo Sapiens*.

A cultura é uma forma de ordenação do mundo. Mas a cultura não somente articula o mundo (ao dar-nos sentidos e significados para a realidade vivenciada), como nos dá as directrizes de como agir nele (modelos comportamentais). Assim perante a questão se a monogamia ou a poligamia (ou os sistemas monogâmicos ou os sistemas poligâmicos) são naturais, a resposta tem que ser que sim, pois são ambos opções culturais. A actividade sexual humana, mais que mediada por, é ela um facto de cultura. Basta contemplar a existência das proibições de copulação com indivíduos cujos os sistemas de ordenação – que os nossos sistemas de parentesco são – colocam em determinados lugares dessa grelha de relacionamentos. Seguindo a estratégia dos autores deste livro em relação à monogamia, à pergunta se o incesto é algo de natural, olhamos para o mundo animal e temos que dizer que sim. No entanto, perguntem a qualquer indivíduo se a relação deste/a com X – que seria uma relação classificada como incestuosa, (como por exemplo a cópula entre progenitores e filhos ou entre irmãos de sangue na cultura ocidental) – seria natural, e a afirmação será a de um veemente não. O incesto não existe no mundo animal porque nele não existe também o facto de cultura que são os sistemas de parentesco e respectivos códigos de relacionamento.

É unicamente nos capítulos 5 (*Porque ocorre a monogamia?*) 6 (*O que são os seres humanos 'naturalmente'?*) que Barash e Lipton se centram no universo humano de modo mais claro. No entanto, e pelo que acima foi dito quanto à conceptualização (ou falta dela) dos autores da capacidade humana para a cultura, essa abordagem final é ela ainda profundamente limitada. Assim, se quiserem os leitores realmente perceber, por exemplo, porque é que o casamento e a família ocidental tiveram as diferentes formas que tiveram, não se fiquem pela leitura deste livro. Leiam, por exemplo, os livros de Jacques Goody sobre a história e evolução da família e do casamento na Europa: *The development of the family and marriage in Europe* de 1983, e o seu sucedâneo de 2000 *The European family: an historic-anthropological essay*. Aí pode-se ver como mudanças estruturais tais como a crescente influência da igreja cristã na vida pessoal, o desenvolvimento da união/casamento consensual (por oposição ao casamento decidido pela família alargada), o Renascimento, a Reforma e a Revolução Industrial implicaram mudanças no conceito de

família. E como Maurice Godellier cabalmente demonstrou no seu livro de 2004 *Métamorphoses de la Parentée*, os sistemas de parentesco (que são infinitamente diversos e variáveis) implicam uma distribuição de poder; servem não para regulamentar ou organizar a vida económica, política ou religiosa, mas sim para regulamentar descendência e aliança. Os seres humanos são a única espécie co-responsável com a natureza pela sua evolução. E se no passado raramente reconheceram a sua responsabilidade na criação das regras de parentesco (remetendo os comportamentos sempre para o domínio do 'natural'), agora é pouco possível fazer tal. As leis e costumes que regulamentam as relações entre os sexos estão em plena mutação: frequência cada vez maior de famílias mono-parentais, casamentos homossexuais, reprodução humana medicamente assistida e a possibilidade da clonagem humana são realidades que preenchem a ordem do dia e a vida pública. O que realmente separa os seres humanos dos outros primatas é que nós não só vivemos em sociedade, como temos que produzir sociedade de modo a poder viver. E este elemento central da nossa constituição biológica enquanto espécie animal está totalmente ausente do livro de Barash e Lipton.